



Supremo Tribunal Federal STFDigital
20/12/2021 17:19 0121156



68
5

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO 9.842 – FÍSICO

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

REQUERENTE: SOB SIGILO

PETIÇÃO ASSEP-CRIM/PGR 450793/2021

SIGILOSO

Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes,

Trata-se de Petição autuada a partir de decisão proferida por Vossa Excelência nos autos do INQ 4781, em 4.8.2021, pela qual acolhida notícia-crime encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral e determinada a instauração de investigação em face das declarações feitas pelo Presidente da República em transmissão ao vivo divulgada em seu canal do YouTube¹.

Assim se manifestou Vossa Excelência sobre as condutas noticiadas (fls. 7/15):

Em conclusão, verificou-se, de forma sujeita a aprofundamento específico no presente Inquérito e no referido Inquérito 4874, a atuação de investigados comuns aos dois inquéritos, com uso de perfis falsos por particulares e servidores públicos, bem como com possível uso de infraestrutura pública, para a publicação e divulgação de ataques a instituições como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e seus Ministros e o CONGRESSO NACIONAL e seus integrantes, por meio de redes sociais.

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sE3OAVpHY>>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A notícia criminis encaminhada pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL em face do Excelentíssimo Presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, em análise inicial, aponta que, tanto a conduta noticiada quanto sua posterior divulgação por meio das redes sociais se assemelham ao modus operandi anteriormente detalhado e investigado nos autos deste Inquérito 4.781/DF, bem como no Inquérito 4.874/DF, no qual se revela a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político, com a nítida finalidade de atentar contra as Instituições, a Democracia e o Estado de Direito.

O pronunciamento do Presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, se revelou como mais uma das ocasiões em que o mandatário se posicionou de forma, em tese, criminosa e atentatória às Instituições, em especial o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – imputando aos seus Ministros a intenção de fraudar as eleições para favorecer eventual candidato – e o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no contexto da realização das eleições previstas para o ano de 2022, sustentando, sem quaisquer indícios, que o voto eletrônico é fraudado e não auditável, como, exemplificativamente, é possível verificar em sua live divulgada em seu canal do Youtube (link: <https://www.youtube.com/watch?v=sE3OAVpHY>), no dia 29/7/2021, onde manifestou nos seguintes termos:

[...]

Observou-se, como consequência das condutas do Presidente da República, o mesmo modus operandi de divulgação utilizado pela organização criminosa investigada em ambos os inquéritos, com intensas reações por meio das redes virtuais, pregando discursos de ódio e contrários às Instituições, ao Estado de Direito e à Democracia, inclusive defendendo de maneira absurda e inconstitucional a ausência de eleições em 2022.

A partir de afirmações falsas, reiteradamente repetidas por meio de mídias sociais e assemelhadas, formula-se uma narrativa que, a um só tempo, deslegitima as instituições democráticas e estimula que grupos de apoiadores ataquem pessoalmente pessoas que representam as instituições, pretendendo sua destituição e substituição por outras alinhadas ao grupo político do Presidente. No passado próximo, afirmando a impossibilidade de se governar por conta de decisões do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, seja em relação a atos do Chefe do Poder Executivo, seja em relação às medidas necessárias ao controle da pandemia Covid-19; depois, afirmando a ilegalidade de decisões a respeito de eventual candidato à presidência da República, por um possível interesse em beneficiar ou prejudicar políticos específicos; em seguida, afirmando a insegurança das urnas eletrônicas e fraudes no sistema de votação com a intenção de favorecimento a eventuais candidatos. Tudo fundado em ilações reconhecidamente falsas, utilizadas para fomentar ataques aos integrantes das instituições constitucionalmente previstas para o balanceamento do regime democrático, à autonomia e responsabilidade de todos os entes da federação quanto à medidas necessária à proteção da vida e saúde da população e, agora, à realização de eleições livres, isentas de fraudes e com resultado historicamente reconhecido por todos os eleitores

É possível observar movimentação nas redes sociais, como na plataforma Twitter, onde, após as falas do Presidente JAIR MESSIAS BOLSONARO, tanto na manhã, como na noite do dia 29/7/2021, foram criadas hashtags com notório propósito antidemocrático, tais como: #barroso na cadeia e #votoauditavelja.

Em acréscimo, o Presidente JAIR MESSIAS BOLSONARO, no dia 3/8/2021, voltou a se manifestar no mesmo sentido dos fatos noticiados pela presente notícia crime, em clara ameaça ao Presidente do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, conforme veiculado pela Folha de São Paulo, no link <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/emnovo-ataque-a-barroso-bolsonaro-diz-que-ministro-coopta-tse-e-stf-e-que-nao-aceita-intimidacoes.shtml>, tendo afirmado que:

[...]

Nesse contexto, não há dúvidas de que as condutas do Presidente da República insinuaram a prática de atos ilícitos por membros da SUPREMA CORTE, utilizando-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário, o Estado de Direito e a Democracia; revelando-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados, especialmente diante da existência de uma organização criminosa – identificada no presente Inquérito 4781 e no Inquérito

70
S



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

4874 – que, ilicitamente, contribuiu para a disseminação das notícias fraudulentas sobre as condutas dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e contra o sistema de votação no Brasil, tais como as constantes na live do dia 29/7/2021, objeto da notícia crime.

As condutas noticiadas, portanto, configuram, em tese, os crimes previstos nos arts. 138 (calúnia), 139 (difamação), 140 (injúria), 286 (incitação ao crime), 287 (apologia ao crime ou criminoso), 288 (associação criminosa), 339 (denunciação caluniosa), todos do Código Penal, bem como os delitos previstos nos arts. 17, 22, I, e 23, I, da Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83) e o previsto no arts. 326-A da Lei 4.737/65 (Código Eleitoral).

Sobreveio pedido de reconsideração formulado pelo Presidente da República (fls. 32/38), com pedido subsidiário de recebimento como agravo regimental, no qual sustenta a ausência de prevenção do Ministro Relator, por inexistirem indícios de liame entre as condutas atribuídas ao noticiado e o contexto investigado nos INQs 4.781 e 4.874.

Defende a falta de justa causa para a instauração de inquérito, pois “as observações e críticas foram proferidas no espaço lícito do exercício da liberdade de expressão, e, destaque-se, têm como ponto central o processo eleitoral e a transparência do voto, visando a garantia máxima do eleitor para comprovar o exercício da sua cidadania”.

Conclui asseverando que “o apensamento de mais uma investigação, com conteúdo diverso do objeto inicial pretendido na instauração do procedimento, dificulta a condução da investigação, prejudicando não só o exercício do direito de defesa, mas, também, a eficiência da persecução penal e o resultado efetivo do inquérito”.

71
S

72
8



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Requer, ao final, que Vossa Excelência exerça o juízo de reconsideração e envie os autos à Presidência do STF, para livre distribuição.

Subsidiariamente, requer o recebimento da irresignação como agravo regimental, para que seja conhecido e provido o agravo, reconhecendo-se a falta de justa causa para deflagração de investigação ou para que seja acolhido o pedido de livre distribuição da notícia-crime.

A Polícia Federal apresenta relatório no Registro Especial 2021.0059778 (Apenso 1 dos autos principais), após a oitiva das pessoas relacionadas à *live* objeto da investigação arroladas pelo Relator na decisão pela qual instaurada a Petição em epígrafe.

Assevera a autoridade policial que:

As oitivas permitiram verificar que o processo de preparação e realização da live foi feita de maneira enviesada, isto é, procedeu-se a uma busca consciente por dados que reforçassem um discurso previamente tendente a apontar vulnerabilidades e/ou possíveis fraudes no sistema eleitoral, ignorando deliberadamente a existência de dados que se contrapunham a narrativa desejada, quase todos disponíveis em fontes abertas ou de domínio de órgãos públicos.
(fls. 151/152 do Apenso 1).

Afirma que:

a chamada live presidencial foi um evento previamente estruturado com o escopo de defender uma teoria conspiratória que os participantes já sabiam inconsistente, seja pelos alertas lançados pelos

73
8



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

peritos criminais federais, seja porque a mesma fonte que forneceu o suporte (pesquisas na internet) também fornece dados que se contrapõem às conclusões alcançadas (vide relatório de análise de polícia judiciária n° 07/2021). Mesmo com a possibilidade de realização de processos formais de verificação da confiabilidade e veracidade dos dados utilizados, o que poderia ser feito inclusive por órgãos do governo, nada foi checado.

(fl. 170 do Apenso 1)

Defende que a *live* objeto de investigação foi realizada “com o nítido propósito de desinformar e de levar parcelas da população a erro quanto à lisura do sistema de votação”, que foi identificada a atuação direta e relevante do Presidente da República na promoção da “ação de desinformação”, bem como que o fato apurado relaciona-se ao contexto de atuação da suposta organização criminosa investigada no INQ 4.874.

Representa, ao final, pela adoção das seguintes medidas:

a) que autorize a separação deste evento e subsequente apensamento do presente procedimento ao INQ n° 4874, a fim de que se promova a utilização e a interpretação dos dados referentes ao modo de agir aqui identificado no contexto de atuação da suposta organização criminosa que ali se encontra sob escrutínio, conforme hipótese criminal apresentada;

b) Que determine a extração de cópias do presente procedimento para envio ao Tribunal Superior Eleitoral, em relação à repercussão dos fatos em sua alçada (inquérito administrativo n° 0600371-71.2021.6.00.000); à Controladoria-Geral da União, para providências em relação à conduta dos agentes públicos; e ao Ministério Público Federal para avaliação quanto à possível repercussão do evento em tipos administrativos previstos na lei n° 8429/1992.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Por meio da decisão de fls. 42/60, Vossa Excelência salienta ter aguardado a conclusão do julgamento pelo TSE das AIJEs 0601968-80 e 0601771-280000, bem como do RO 060397598.

Relata que o TSE firmou a seguinte tese no julgamento das AIJEs 0601968-80 e 0601771-280000:

[...] o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa, contendo desinformação e inverdades, em prejuízo de adversário e em benefício de candidato, pode configurar abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social para os fins do art. 22, caput e inciso XIV da Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades)
(Ações de Investigação Judicial Eleitoral nº 0601968-80 e 0601771-28, Rei. Min. LUÍS FELIPE SALOMÃO, julgado em 28/10/2021)

Destaca também que no RO 060397598 o TSE cassou o mandato e tornou inelegível o Deputado Estadual Fernando Francischini, eleito pelo Paraná, em 2018, por divulgar notícias falsas contra o sistema eletrônico de votação, a consubstanciar hipóteses do art. 22 da LC 64/1990.

Determina a abertura de vista à Procuradoria-Geral da República, para manifestação sobre o relatório apresentado pela Polícia Federal e o agravo regimental interposto pelo Presidente da República.

Vieram os autos à Procuradoria-Geral da República.

É o relatório.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

O Presidente da República requer a reconsideração da decisão pela qual determinado o início das investigações, por entender ausente justa causa uma vez que *“as observações e críticas foram proferidas no espaço lícito do exercício da liberdade de expressão, e, destaque-se, têm como ponto central o processo eleitoral e a transparência do voto, visando a garantia máxima do eleitor para comprovar o exercício da sua cidadania”*.

Subsidiariamente, requer seja determinada a livre distribuição dos autos, ante a ausência de conexão dos fatos com o contexto apuratório objeto do INQ 4.874.

A investigação no âmbito desse STF, não obstante encontrar-se em estágio inicial, identificou que, em tese, os fatos sob apuração guardam relação com aqueles objeto do INQ 4.874.

Há indícios, portanto, de que possa ter havido a divulgação indevida de informações falsas e/ou de baixa confiabilidade, bem como que alguns dos envolvidos na viabilização da *live* ocorrida no dia 29.7.2021 tinham ciência da imprecisão das informações veiculadas.

A suposta divulgação de informação com baixa confiabilidade ocorrida no episódio apurado **aparentemente** foi seguida dos mesmos mecanismos de propagação de *fake news* nas redes sociais utilizados pelos grupos investigados no INQ 4.874.

75
S



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Frente a esse cenário, é prematuro o encerramento das investigações.

O trancamento de inquérito criminal antes da conclusão das investigações é medida excepcional, somente admitida quando constatáveis, de plano, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a flagrante ausência de indícios de autoria e materialidade, nos termos da jurisprudência do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE INTERCEPTAÇÃO ILEGAL. TRANCAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS. EXCEPCIONALIDADE. ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. PRESENTE JUÍZO DE PROBABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. IRREGULARIDADES NA FASE INQUISITORIAL. NULIDADES. INOCORRÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. OFENSA AO SISTEMA ACUSATÓRIO. SUPERVISÃO JUDICIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. INOCORRÊNCIA. REAVALIAÇÃO DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SAN GRIEF. MANIFESTA ILEGALIDADE OU ARBITRARIEDADE NÃO IDENTIFICADAS.

1. O trancamento da ação penal ou de inquérito policial pela via do habeas corpus somente é admitido diante de situações excepcionalíssimas, quando pressupõe a percepção, de plano, da atipicidade da conduta, da incidência da causa de extinção punibilidade ou a ausência de indícios de autoria e materialidade. Precedentes.

2. Inviável o acolhimento da tese defensiva de ausência de materialidade e negativa de autoria, porquanto demandaria o reexame e a valoração de fatos e provas, para o que não se presta a via eleita. Precedentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

3. Esta Suprema Corte tem entendimento firmado no sentido de que eventual irregularidade quando os elementos de investigação são produzidos na fase de inquérito policial não contamina a ação penal. *Precedentes.*
4. Inviável o exame de tese defensiva não analisada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. *Precedentes.*
5. A orientação jurisprudencial desta Suprema Corte é no sentido de que 'a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis' (QO no INQ 2411, Rel. Min. Gilmar Mendes).
6. A Lei 13.964/2019 que alterou a redação do § 2º do artigo 282 do Código de Processo Penal, reafirmou a possibilidade de representação da Autoridade Policial, sem condicioná-la à prévia oitiva do Órgão Ministerial.
7. Inviável a concessão de habeas corpus ausente a liquidez dos fatos subjacentes à tese de nulidade fundada na suposta usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça.
8. Esta Suprema Corte tem endossado, com base na teoria do juízo aparente, a possibilidade de ratificação de atos processuais praticados por juízo aparentemente competente ao tempo de sua prática. *Precedentes.*
9. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal exige, como regra, a demonstração concreta de prejuízo tanto para as nulidades absolutas quanto para as nulidades relativas, marcadas que são pelo princípio do pas de nullité san grief, previsto no artigo 563 do CPP. *Precedentes.*
10. Agravo regimental conhecido e não provido.
(RHC 198182 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, j. 8.6.2021, DJe 14.6.2021)

Ainda que não tenha havido a instauração formal de inquérito, desenvolve-se nestes autos procedimento investigativo a cargo da autoridade

77
S



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

policial, de modo que integralmente aplicável à espécie o entendimento supracitado.

Ausentes no caso concreto as hipóteses em que admitido o encerramento prematuro da investigação, o requerimento ora apreciado há de ser indeferido.

De outro lado, a análise da existência de indícios da prática de ilícitos que desautorizam o arquivamento do inquérito aponta também para, **nesta fase inicial**, a conexão entre o fato objeto destes autos e o contexto apuratório do INQ 4.874, como demonstrado acima.

Devido, portanto, o acolhimento dos requerimentos formulados pela autoridade policial no relatório datado de 13 de setembro de 2021, quais sejam:

i) que haja o apensamento destes autos aos do INQ 4.874, *“a fim de que se promova a utilização e a interpretação dos dados referentes ao modo de agir aqui identificado no contexto de atuação da suposta organização criminosa que ali se encontra sob escrutínio, conforme hipótese criminal apresentada”*; e

ii) que seja extraída cópia deste procedimento para envio ao TSE, a fim de instruir os autos do Inquérito Administrativo 0600371-71.2021.6.00.000; à Controladoria-Geral da União, para providências em relação à conduta dos agentes públicos; e ao Ministério Público Federal no Distrito Federal, para

78
8



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

avaliação quanto à possível repercussão do evento nos atos de improbidade previstos na Lei 8.429/1992.

Em face do exposto, a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA manifesta-se:

- a) pelo indeferimento do pedido de reconsideração formulado pelo Presidente da República; e
- b) pelo acolhimento dos requerimentos formulados pela autoridade policial.

Brasília, 13 de dezembro de 2021.

LINDORA MARIA DE ARAÚJO
Subprocuradora-Geral da República

PSG/AALT

Impressão por: 073.733.574-23 Pet 3842
Em: 20/12/2021 19:35:57

79
8